INFLAÇÃO DE ALIMENTOS É TEMPORÁRIA E SEM DISSEMINAÇÃO

FELIPPE SERIGATI[1], ROBERTA POSSAMAI[2]

A elevação do preço dos alimentos é algo que pode trazer desconforto para os domicílios, porém, em geral, trata-se de choques temporários. É uma inflação que deve se dissipar nos próximos meses e que não deve mudar a atual política de juros do Banco Central do Brasil (BCB).

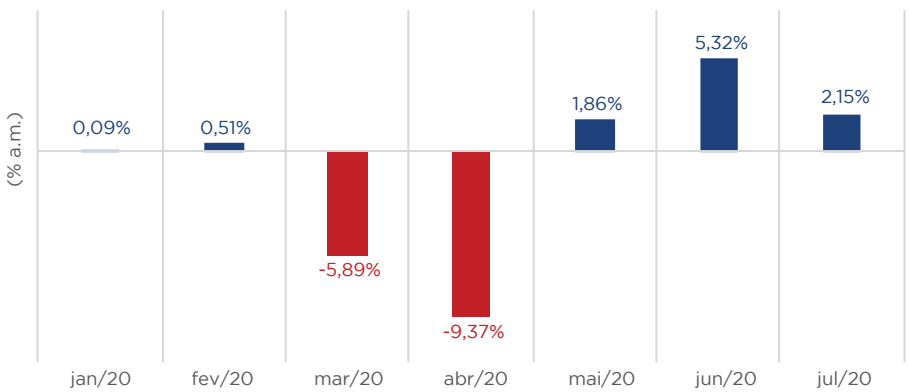
CERTAMENTE, A inflação de alimentos foi um dos temas mais discutidos ao longo de setembro. De fato, nos últimos doze meses, enquanto a inflação geral medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou uma alta de 2,4%; os alimentos ficaram, em média, 8,8% mais caros. Há vários fatores que explicam essa forte elevação do preço dos alimentos, entre eles:

- Demanda mais aquecida no mercado doméstico devido aos programas de transferência de renda, com especial destaque para o auxílio emergencial;
- Elevação das cotações das *commodities* agrícolas no mercado internacional, resultado tanto do início do processo de recuperação da economia mundial, quanto da recomposição dos estoques de alimentos em alguns países;
- Exportações agropecuárias brasileiras mais aquecidas, pressionando os preços no mercado interno;
- Dólar mais caro no mercado cambial brasileiro.

MERCADO INTERNO DE ALIMENTOS AQUECIDO

No momento em que este artigo é escrito, já é possível afirmar com segurança que a economia brasileira tecnicamente já saiu da recessão. Os números do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) deixam evidente que a economia brasileira tem crescido há pelo menos três meses consecutivos, desde que registrou o fundo do seu poço em abril. É importante explicitar que, apesar dessa recuperação, a economia brasileira ainda opera em um nível bem inferior ao período pré-pandemia e que deverá encerrar o ano menor do que era em 2019 – de acordo com a mediana das projeções da pesquisa Focus, do BCB, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro deverá contrair-se em torno de 5% neste ano.

IBC-BR: VARIAÇÃO MENSAL (% A.M.) COM AJUSTE SAZONAL



Fonte: BCB

Por trás desse processo de recuperação, merecem destaque as políticas de transferência de renda adotadas pelo governo federal, notadamente o auxílio financeiro emergencial. De acordo com a previsão orçamentária da Secretaria Especial da Fazenda, do Ministério da Economia (ME), o volume de recursos alocados com medidas socioeconômicas deve somar R$ 382,9 bilhões até o final do ano. Desse montante, o auxílio emergencial deve responder sozinho por R$ 254,2 bilhões, atendendo mais de 65 milhões de pessoas.

Esse expressivo volume de recursos tem aquecido o mercado interno para alguns produtos, entre eles os alimentos. De acordo com o Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro), do Centro

de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro), a produção de produtos alimentícios já acumula uma alta de 4,9% em 2020 (entre janeiro e julho). Ou seja, apesar da pandemia, a produção desse setor da agroindústria deve registrar uma expansão robusta neste ano.

DÓLAR ALTO, RECUPERAÇÃO ECONÔMICA MUNDIAL E RECOMPOSIÇÃO DOS ESTOQUES = EXPORTAÇÕES AQUECIDAS

De acordo com os números da pesquisa "Desempenho Comercial do Agronegócio", do FGV Agro, as exportações do universo agro brasileiro já acumulam uma alta de 6,5% neste ano (entre janeiro e agosto). Considerando apenas os produtos agropecuários (ou seja, deixando de lado os produtos agroindustriais), essa expansão já supera 15,1%.

As exportações do agronegócio brasileiro estão aquecidas por diversos motivos:

- Mesmo com todas as turbulências causadas pela pandemia, o universo agro nacional apresentou uma grande resiliência e conseguiu abastecer tanto o mercado interno, quanto os compradores externos, sem qualquer interrupção relevante. Enquanto alguns importantes países exportadores de alimentos tiveram problemas ao longo de seu processo produtivo ou decidiram reter exportações, o agro brasileiro operou normalmente, inclusive suprindo mercados que outros países deixaram de atender.

- Os mercados de *commodities* agrícolas também foram pressionados pela decisão de alguns países – notadamente, no Leste Asiático e no Oriente Médio – de reforçar seus estoques de alimentos.

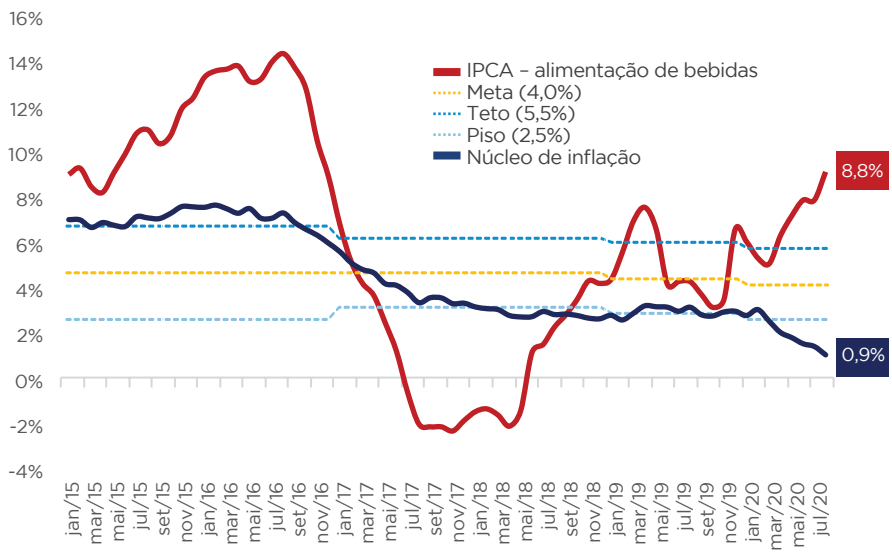
- Essa decisão, combinada à recuperação econômica mundial, levou a um aumento da demanda por alimentos e, consequentemente, uma elevação na média das cotações das *commodities* agrícolas em suas principais praças internacionais.

Por si só, esse mercado internacional mais aquecido já seria um ambiente favorável para as exportações agropecuárias brasileiras. Porém, essa conjuntura foi amplificada pela depreciação do real em relação ao dólar, o que, por um lado, torna os produtos nacionais mais competitivos no mercado internacional e, por outro, eleva o preço de diversos alimentos no mercado doméstico, adicionando fôlego à inflação de alimentos.

ATÉ O MOMENTO, A INFLAÇÃO DOS ALIMENTOS É UM FENÔMENO LOCALIZADO

Seguramente, uma inflação dos alimentos pode gerar desconforto junto aos domicílios. Porém, a elevação dos preços dos alimentos, em geral, é um fenômeno temporário que resulta de algum desequilíbrio de oferta e demanda ou de um choque cambial. Ou seja, em alguns meses, o preço dos alimentos deve ceder, como já foi visto várias vezes. Por exemplo, a inflação dos alimentos chegou a dois dígitos entre 2015 e 2016, cedendo em 2017 e operando em patamares negativos até a greve dos caminhoneiros, em 2018. Além disso, vale ressaltar que, até o momento, a alta dos preços dos alimentos não contaminou o preço de outros setores. Enquanto, nos últimos doze meses, a inflação de alimentos já acumula uma alta de 8,8%, o núcleo da inflação medida pelo IPCA (isto é, a inflação sem alimentos e preços administrados) desacelera e acumula uma expansão de apenas 0,9%. Logo, se esse quadro se mantiver, não deverá haver qualquer alteração na política de juros do BCB. ■

IPCA: INFLAÇÃO DOS ALIMENTOS *VERSUS* NÚCLEO DA INFLAÇÃO
(VARIAÇÃO ACUMULADA EM DOZE MESES – % A.A.)



Fonte: BCB

1 Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP), professor e pesquisador do FGV Agro – felippe.serigati@fgv.br

2 Mestre em Economia Agrícola pela FGV-EESP e pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br